

ISSN 2675-9934

Boletim de Políticas Públicas

Observatório Interdisciplinar
de Políticas Públicas «Prof. Dr. José Renato
de Campos Araújo» (EACH/USP)

Nº15 julho/2021

OIPP

**Boletim de
Políticas Públicas**
Observatório Interdisciplinar
de Políticas Públicas «Prof. Dr. José
Renato de Campos Araújo» (OIPP)

Conselho editorial

Agnaldo Valentin
Alexandre Ribeiro Leichsenring
André Gal Mountian
Cristiane Kerches da Silva Leite
Graziela Serroni Perosa
José Carlos Vaz
Ursula Dias Peres
Valeria Barbosa de Magalhaes
Vivian Grace Fernández-Dávila Urquidi

Editor

André Gal Mountian

Vice-editor

Agnaldo Valentin

Produção e divulgação

Viviani Oliveira Fernandes

Contato

E-mail: boletimoipp@gmail.com

Rua Arlindo Bettio, 1000

03828-000

São Paulo/SP



Sumário

Pesquisas em Políticas Públicas

A construção de sentidos na transição democrática: Estudo de caso da arena digital nas eleições departamentais de La Paz (Bolívia) em 20216

Héctor Solano Chavarría (Costa Rica), Ergon Cugler de Moraes Silva (Brasil)

Os Impactos da Construção de uma Penitenciária numa Cidade do Interior de SP: Um estudo de caso de Votorantim..... 18

Aline de Oliveira Chaves, Agnaldo Valentin

Sociedade, Políticas Públicas e Gestão Governamental

Comida na mesa: a importância da agricultura familiar camponesa na produção de alimentos..... 26

Solange Struwka

A Nova Mídia e a Política 33

Carlos Cinquegrana Jr

Pesquisas em Políticas Públicas

A construção de sentidos na transição democrática: Estudo de caso da arena digital nas eleições departamentais de La Paz (Bolívia) em 2021

Héctor Solano Chavarría (Costa Rica)¹, Ergon Cugler de Moraes Silva (Brasil)²

1. Introdução

Em seu emblemático trabalho sobre o nacional-popular na Bolívia, René Zavaleta Mercado (1986) caracterizou a crise “como um momento anômalo na vida de uma sociedade (...) uma hora em que as coisas não se apresentam como no cotidiano e sim apresentam-se como realmente são”. Esta caracterização parece ser consistente com a situação atual da Bolívia. A violência do golpe de estado de novembro de 2019 - cujo saldo inclui massacres, apoio a grupos paramilitares e violência de órgãos de segurança do Estado (GIEI-CIDH, 2021), revelou a validade e / ou naturalização de sentidos e noções que até recentemente pareciam banidos do jargão político boliviano: razão totalitária³, racismo, discriminação

1 Possui Graduação em Ciência Política pela Universidade da Costa Rica e Mestrado em Direitos Humanos pela Universidade Nacional de Lanús (UNLa) da Argentina. Experiência como assessor de campanha e estrategista político na Costa Rica, Argentina, Bolívia, Equador e Venezuela. Ex-assessor legislativo e pesquisador do Programa de Análise da Construção de Sentidos em Plataformas Digitais (PAC), vinculado ao Instituto de Cultura e Comunicação (ICC) da UNLa. Email: hectorso86@gmail.com

2 Pós-Graduando do curso de “Desafíos y Posibilidades en los Estudios Transnacionales e Interdisciplinarios” do Consórcio Internacional da Universidade de São Paulo (Brasil) com Universidad de Buenos Aires (Argentina), Universidad Nacional Autónoma de México (México), Universitat de Barcelona e Universidad Complutense de Madrid (España). Graduando em Gestão de Políticas Públicas da EACH-USP e membro da Comissão da Agenda 2030 da ONU para São Paulo. Email: ergon@usp.br

3 A noção de “totalitarismo” é utilizada a partir da definição de Pilar Calveiro, que a entende como uma “construção política” (exercício-identitário) a partir da qual se estruturam vários campos de significados tendendo a construir legitimidade a partir do uso da violência e de facto. meios, em face de outros que são considerados uma ameaça aos valores fundadores da sociedade e que, portanto, devem ser anulados ou exterminados. O totalitarismo supõe assim uma anulação enquanto tal da política, na medida em que supõe o despojamento de certos

e legitimação de vias de fato, para citar alguns. Foi nesse contexto que se realizaram os processos eleitorais de outubro de 2020 e os subnacionais de 2021. Este artigo centra-se na análise destes últimos - especificamente, a eleição para governador do departamento⁴ de La Paz.

O processo eleitoral subnacional de março e abril de 2021 foi o primeiro realizado após a retomada da democracia, seguido da vitória eleitoral de Luis Arce Catacora - atual presidente - na eleição de 18 de outubro de 2020. No total, estiveram em disputa os 9 governos e 336 prefeituras, incluindo cargos executivos, como legislaturas e câmaras municipais. Os resultados em escala nacional expressam o paradoxo intrínseco à política eleitoral boliviana: embora em termos absolutos o MAS-IPSP (partido do presidente Arce e do ex-presidente Evo Morales) tenha conquistado a vitória com 71% das prefeituras e 33% dos governos, a oposição variada a dito projeto político, conquistou os lugares mais importantes: o chamado "eixo central" (os departamentos de La Paz, Cochabamba e Santa Cruz). De fato, figuras como ex-autoridades do regime de fato foram vencedoras em várias dessas demarcações, como é o caso de Luis Fernando Camacho, Manfred Reyes e Iván Arias. Também foram vencedoras as figuras que participaram ativamente da resistência ao golpe, mas que "concorreram" fora do MAS-IPSP, como é o caso da prefeita da cidade de El Alto, Eva Copa.

Foi esta circunstância que tornou particular a eleição departamental de La Paz. A eleição para o cargo de governador não foi uma eleição enquadrada em chave esquerda-direita, mas sim - especialmente o segundo turno eleitoral - entre duas opções que

sujeitos de sua condição como tal, em bases que expressam a totalização do Estado por grupos sociais particulares. O estado, portanto, perde o status autônomo. Véase Calveiro, 2012.

⁴ Vale citar que a Constituição da Bolívia delimita departamentos de forma similar aos estados brasileiros. Assim sendo, existe o Estado Plurinacional via Governo Federal, os Governos Departamentais e os Governos Municipais, Alcaldías (Prefeituras). La Paz é tanto município quanto departamento - tal como São Paulo e Rio de Janeiro (Brasil).

faziam parte do campo anti-golpe: Franklin Flores, do MAS-IPSP, e Santos Quispe, do grupo Jallalla⁵. No primeiro turno, concorreu um candidato que fazia parte do então regime totalitário, Rafael “Tata” Quispe, ex-deputado e diretor do fundo de desenvolvimento indígena (2020). No primeiro turno, realizado em 7 de março, Flores venceu uma diferença maior de 15 pontos sobre o segundo colocado, Santos Quispe, mas faltou 0,3% para obter os 40% necessários para obter a vitória - segundo a regra eleitoral. No segundo turno, Santos Quispe venceu com 55,23%, ante 44,77% do candidato do MAS-IPSP.

Este artigo busca analisar a disputa de sentidos ao longo do processo eleitoral, na arena digital. A análise foi organizada a partir de categorias extraídas da análise empírica do comportamento dos candidatos na rede social Facebook, a fim de identificar as diversas operações e giros discursivos implementados por cada um dos candidatos. As categorias selecionadas foram as seguintes: democracia, racismo e Whipala⁶. No final do artigo, as conclusões do trabalho são apresentadas à luz das reflexões mais gerais sobre a crise de sentidos pela qual a Bolívia está passando, desde o colapso institucional de novembro de 2019 até hoje.

2. Metodologia

Esta análise contempla as publicações no período de 1º de fevereiro a 11 de abril dos três candidatos: Franklin Flores (MAS-

5 O grupo Jallalla é um grupo pertencente ao parlamentar departamental Leopoldo Chui. Chui ofereceu a sigla de seu partido à referência histórica indianista, Felipe Quispe Huanca (el Mallku), figura central na compreensão das revoltas populares do início do século 21 na Bolívia e que constituíam condição de possibilidade para a ascensão de Evo Morales (2005). Embora os confrontos entre El Mallku e os governos do MAS-IPSP sejam bem conhecidos, Quispe foi uma figura-chave na recuperação da democracia em 2020, tanto que chegou a convocar o voto de Luis Arce-David Choquehuanca nas eleições gerais de 2020. No exercício de sua candidatura a governador, Quispe morreu de infarto no final de janeiro de 2021, o que possibilitou a candidatura de seu filho, Santos, até então desconhecido.

6 Whipala é símbolo de resistência e reafirmação dos povos originários dos Andes. Para os quíchuas e aimarás, a Wiphala é a expressão do pensamento filosófico andino. Neste sentido, a expressão Whipala carrega simbologia expressiva especialmente no debate racial boliviano.

IPSP), Santos Quispe (Jallalla) e Rafael “Tata” Quispe (MDS). Conforme indicado, foram selecionadas 3 palavras-chave: "democracia", "racismo", "Whipala", todas consideradas centrais no debate público em torno das eleições. A busca foi realizada por meio do mecanismo de palavras-chave do Facebook, observando se o resultado correspondia à publicação do candidato ou a um comentário dentro da publicação, filtrando apenas as publicações dos candidatos que cumpriam o critério de correspondência. A partir das análises quantitativas e qualitativas, estabeleceram-se relações entre os referidos achados e os eixos ou significados posicionados por cada um dos candidatos. Vale citar que ambos os autores estiveram presentes no contexto das eleições departamentais de La Paz, sendo portanto uma discussão complementada por percepções empíricas e in-loco - mas assim explicitadas, além da coleta objetiva.

3. Resultados

Esta seção apresenta os resultados da pesquisa. A apresentação foi organizada por cada uma das categorias, apresentando o panorama geral das publicações e as reações dos candidatos.

3.1. Democracia

A democracia é um tema central no debate político boliviano, dado o contexto de relevância do golpe de Estado de 2019. Os três candidatos têm publicações sobre o tema, sendo o candidato do MAS-IPSP, Franklin Flores, que mais concentra, com 9. Tata Quispe, embora dos três, seja o que tem menos publicações, é ele quem tem mais reações e compartilhamentos.

Tabela 1. Publicações com a palavra “Democracia” dos candidatos (1/2/2021-11/4/2021)

	Franklin Flores (MAS-IPSP)	Santo Quispe (Jallalla)	Tata Quispe (MDS)	Total de los Candidatos
Total de Publicações	09	06	02	17
Total de Reações	6.351	3.986	20.209	30.546
<u>Média das Reações</u>	706	664	10.105	1.797
Reações: Curti	5.232	3.001	7.500	15.733
Reações: Amei	609	534	169	1.312
Reações: Força	71	70	60	201
Reações: Haha	256	222	1.313	1.791
Reações: Uau	03	83	800	886
Reações: Triste	156	14	7.477	7.647
Reações: Grr	24	62	2.890	2.976
Total de Comentários	662	1.951	1.965	4.578
<u>Média de Comentários</u>	74	325	983	269
Total de Compartilhamentos	2.134	2.337	1.890	6.361
<u>Média de Compartilhamentos</u>	237	390	945	374

Fonte: Elaboração própria

A análise das publicações revela duas controvérsias em torno do problema da democracia. Ambos, no entanto, foram estruturados a partir do mesmo lugar epistêmico: a unidade.

No caso do candidato do MAS-IPSP, Franklin Flores, a defesa da democracia foi levantada no sentido de promover a unidade das pessoas que vivem no departamento, em face da ameaça representada pelos golpistas. Do ponto de vista da estratégia eleitoral de Flores, no caso do primeiro turno, posicionar o dilema democracia vs. golpismo foi fundamental na perspectiva de construir um antagonismo com a figura de Tata Quispe, na medida em que este fosse funcional ao objetivo de atrair o “voto útil” dos eleitores de Jallalla, especificamente na cidade de El Alto. Esse foi justamente o calcanhar de Aquiles do MAS-IPSP na etapa do

segundo turno, uma vez que o rival Santos Quispe teve uma posição ambígua diante do golpe. As publicações de Flores nesse período revelam uma tentativa de vincular Santos Quispe aos golpistas, por meio de operações destinadas a estabelecer a existência de supostos vínculos entre o referido candidato e certas figuras do regime de fato. “Os golpistas devem estar nas prisões, não nas cédulas eleitorais”, foi um dos slogans mais recorrentes no discurso de Flores, tanto no primeiro quanto no segundo turno. Na verdade, um dos locais com maior número de visualizações deste candidato foi o depoimento de Abigail Placencio, sobrevivente do massacre de Senkata.

Tata Quispe e Santos Quispe, por sua vez, articularam discursos sobre democracia, antes, na narrativa de propor aos eleitores a “unidade contra os masistas”. O “masismo”, em parte devido à herança do campo de significados derivado do golpe, foi construído como um fator gerador de “divisão” entre bolivianos e La Paz. Esses tipos de cargos foram acompanhados de operações destinadas a fomentar a desconfiança no sistema eleitoral, por meio de denúncias de “fraude”. O discurso da “fraude”, aliás, foi um dos eixos que em 2019 gerou condições para a revolta cívico-policial que levou ao golpe contra Evo Morales. Ambos os candidatos fizeram essas reclamações no final do primeiro turno. “Quero a unidade de todo o departamento”, “Não é bom brigar entre irmãos” e “não existe justiça” foram alguns dos lugares-comuns posicionados por Tata Quispe e Santos Quispe durante as chamadas “vigílias” que eles se organizaram diante da autoridade eleitoral.

3.2. Racismo e Whipala

Para efeito da análise, as categorias Wiphala e racismo foram integradas, uma vez que ambas as noções fazem parte do mesmo campo semântico. Vários autores como Félix (2007), Postero (2020) e Brown (2021), entre outros, documentam não só a existência de um “racismo estrutural” que está enraizado na construção e desenvolvimento do Estado na Bolívia, mas como o racismo, bem documentado por Eterno (2021), por sua vez, foi uma

das motivações centrais para o golpe ocorrido em novembro de 2019.

Não é por acaso, portanto, que os três candidatos sejam do mundo aimará ou que, da mesma forma, várias posições deles tenham sinalizado para esse campo de visões e significados (uso da linguagem em debates, vestimentas, símbolos, entre outros). Chama a atenção, como se pode verificar nas Tabelas 2 e 3, que a Tata Quispe, porém, não registra publicações em suas redes com esses elementos, diferente de Santos Quispe e Franklin Flores:

Tabela 2. Publicações com a palavra “Racismo” dos candidatos (1/2/2021-11/4/2021)

	Franklin Flores (MAS-IPSP)	Santos Quispe (Jallalla)	Tata Quispe (MDS)	Total de los Candidatos
Total de Publicações	01	11	00	12
Total de Reações	914	10.266	00	11.180
<u>Média das Reações</u>	914	933	00	932
Reações: Curti	641	7.686	00	8.327
Reações: Amei	30	1.371	00	1.401
Reações: Força	04	312	00	316
Reações: Haha	83	777	00	860
Reações: Uau	00	43	00	43
Reações: Triste	153	27	00	180
Reações: Grr	03	50	00	53
Total de Comentários	127	4.983	00	5.110
<u>Média de Comentários</u>	127	453	00	426
Total de Compartilhamentos	414	6.744	00	7.158
<u>Média de Compartilhamentos</u>	414	613	00	597

Fonte: Elaboração própria

Tabela 3. Publicações com a palavra “Wiphala” dos candidatos (1/2/2021-11/4/2021)

	Franklin Flores (MAS-IPSP)	Santos Quispe (Jallalla)	Tata Quispe (MDS)	Total de los Candidatos
Total de Publicações	06	04	00	10
Total de Reações	7.711	1.918	00	9.629
<u>Média das Reações</u>	1.285	480	00	963
Reações: Curti	5.220	1.486	00	6.706
Reações: Amei	759	261	00	1.020
Reações: Força	70	50	00	120
Reações: Haha	1.534	86	00	1.620
Reações: Uau	35	06	00	41
Reações: Triste	07	04	00	11
Reações: Grr	86	25	00	111
Total de Comentários	1.625	583	00	2.208
<u>Média de Comentários</u>	271	146	00	221
Total de Compartilhamentos	2.514	902	00	3.416
<u>Média de Compartilhamentos</u>	419	226	00	342

Fonte: Elaboração própria

Os três candidatos, direta ou indiretamente, posicionaram sentidos em torno dessas categorias. No caso de Tata Quispe, vale destacar, por exemplo, sua alusão ao fato de que “nós aimarás não temos ódio”, como parte de sua estratégia de caracterizar o “masismo” na agenda como um agente que potencializa divisões entre o povo. Além disso, o slogan de Santos Quispe, “nem esquerda nem direita”, implementado a partir do segundo turno, homenageou desde o simbólico a este campo de forças. Em ambos os casos, foi uma encenação de um “indigenismo” de certo modo essencialista, tendendo a problematizar a existência de uma comunidade imaginária em oposição à alteridade representada pelo MAS-IPSP. “os massistas são o outro”, infere-se tacitamente de suas posições.

Flores, embora também fosse recorrente no uso de Wiphala e nas denúncias de racismo, o fazia de outro lugar. Sua estratégia visava gerar uma polarização em chave binária entre os golpistas e os defensores da democracia, por meio de uma interpretação do "indígena" que o homologasse com os valores de seu projeto eleitoral. Assim, do discurso de campanha de Flores, votar no MAS-IPSP e reivindicar "o que é indígena" eram noções equivalentes. Isso se reflete nas publicações com apelos à mãe terra, usando poncho e chapéu, a aparição da mãe em uma pintura, voltando às raízes e nas publicações nas quais ele aparece acompanhado do vice-presidente do estado, David Choquehuanca, nas margens do Lago Titicaca. Seus jingles de campanha, tanto para o primeiro quanto para o segundo turno, também eram abundantes no uso de termos e símbolos aimarás. Flores inclusive ficou conhecido como "Franklin Pankhara", uma tradução literal para o aimará "flores".

4. Considerações Finais

A eleição subnacional ocorrida em 2021 foi a primeira realizada no contexto da recuperação da democracia na Bolívia, após o impasse institucional causado pelo golpe de Estado de 2019. As implicações disso, evidenciadas ao longo deste trabalho, mais para além das especificidades do caso, dá conta de um campo de significados que, no caso da arena digital, revelou as duas visões que sobre o presente e o futuro do Estado e da sociedade boliviana disputam a hegemonia em torno do senso comum: sobre de um lado, um olhar que entende não só que não houve golpe, mas também insiste em caracterizar um determinado setor da sociedade (no caso, "os masistas") como outro que requer ser despojado de qualquer possibilidade de acesso ao institucional potência; e, por outro, um olhar que entende que é condição para o pleno restabelecimento da democracia impedir o acesso dos autores dos massacres a esses espaços. Para além dos resultados pontuais - que para o caso específico que nos interessa, no departamento de La Paz relatam uma vitória eleitoral de uma força que ecleticamente se colocou em termos ambíguos diante de ambas

as visões (a candidatura de Santos Quispe) -, a a disputa de significados dá conta de um empate que parece não ter perspectiva de resolução no curto prazo.

É assim que se naturaliza o desconhecimento das regras democrático-institucionais dos candidatos (a suposta “fraude”) ou dos discursos que visam a anulação da posição de força e a legitimidade de uma alteridade considerada ameaçadora (“os masistas”), São expressões do longo caminho a percorrer em termos da necessária reconciliação que se impõe na Bolívia. Desmontar esses nós de sentido é condição para levantar com seriedade e esperança a perspectiva da democracia no país.

Pensar em democratizar a Bolívia, como evidenciado neste trabalho, é um desafio que vai além da mera organização de eventos eleitorais. Requer um trabalho que, como sociedade, tenda a recolocar a política em primeiro plano, bem como a restituição do Estado em seu papel e legitimidade na hora de agregar interesses e demandas, por mais contraditórios que sejam. Como desnaturar o racismo e a discriminação? Como institucionalizar o institucional, vale a redundância? As condições políticas e simbólicas que então permitiram a violência que levou ao golpe de estado estão desatualizadas? São perguntas cujas respostas podem ser muito diversas, mas a verdade é que não são totalmente lisonjeiras. Ou pelo menos não, por enquanto.

5. Referências

CALVEIRO, Pilar. **Violencias de estado: la guerra terrorista y la guerra contra el crimen organizado como medios de control global.** México, Siglo XXI Editores. 2012.

ETERNO, Ernesto. **La contraofensiva imperial, golpe de estado en Bolivia:** anatomía de la violencia y el saqueo. La Paz, Bolivia. 2021.

FÉLIX, Gloria Alicia Caudillo. **De la resistencia a la toma del poder:** El discurso de Evo Morales ante el Congreso. Perspectivas, São Paulo, v. 32,, p. 183-201. 2007. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/download/984/846/2738>. Acesso em 05 set. 2021.

POSERO, Nancy. **¿Estado indígena? Raza, política y performance en el Estado Plurinacional de Bolivia.** La Paz, Bolivia, Plural editores. 2020.

PROLAM-USP DEBATE [BROWN, Roxana Pérez del Castillo; LÓPEZ, Freddy Bobaryn; SILVA, Ergon Cugler de Moraes]. **Eleições Andinas: Bolívia, Equador e Peru:** Mesas redondas sobre as eleições locais na Bolívia e as eleições presidenciais no Equador e no Peru. Brasil. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kuZIXaYYFbQ>. Acesso em 05 set. 2021.

ZAVALETA MERCADO, René. **Lo nacional-popular en Bolivia.** México, Siglo XXI Editores. 1986.

Os Impactos da Construção de uma Penitenciária numa Cidade do Interior de SP: Um estudo de caso de Votorantim

Aline de Oliveira Chaves⁷, Agnaldo Valentin⁸

1. Introdução

O sistema penitenciário é um objeto de disputa multifacetário, aqui entendido como um complexo arranjo social que articula agentes, territórios, instituições, programas, leis, práticas e discursos (FOUCAULT, 2009); seu entendimento não se dá somente a partir de seu interior, mas tudo que o cerca. Já no início do século XX, segundo Engbruch e Morais (2012) existia um grande abismo entre o que era previsto em lei com a realidade carcerária. Superlotações, insuficiência de vagas, déficits estruturais e inúmeras denúncias de violações de direitos humanos são apenas alguns dos pontos que se destacam quando se trata das penitenciárias do país, chegando a serem vistas pelo exterior como empresas públicas de depósito industrial dos dejetos sociais (WACQUANT, 1999). Há décadas o sistema penitenciário brasileiro (e conseqüentemente o paulista), é alvo de diversas críticas devido às suas carências e falhas.

No início da década de 90, o sistema penitenciário atravessava um período de grande perturbação, expresso principalmente na eclosão de rebeliões e tentativas de fugas em massa. Para Redigolo (2012) a Lei de Crimes Hediondos (Lei Nº 8.072 de 1990) agravou o processo de encarceramento, promovendo a expansão do número de pessoas privadas de liberdade e causando uma sobrecarga no já superlotado sistema prisional. Assim, a

7 Graduanda em Gestão de Políticas Públicas pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) da Universidade de São Paulo (USP).

8 Docente do curso de Gestão de Políticas Públicas pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) da Universidade de São Paulo (USP).

interiorização do sistema penitenciário emerge como política praticada no estado de São Paulo para a crise enfrentada e ganhou força após a Chacina do Carandiru em 1992. Com isto diversas cidades do interior paulista passaram a sediar novos presídios construídos pela gestão pública estadual.

Os efeitos da construção de uma penitenciária são, não somente do ponto de vista ambiental, mas, especialmente, do ponto de vista social, absolutamente relevantes (ZANETI; ARGENTA, 2013). Além da própria dinâmica do município ser afetada, as famílias dos apenados também acabam sendo impactadas com a localização distante da capital e a consequente dificuldade de acesso e estadia para visitação. Logo, problemas de mobilidade, acesso a comércio e serviços, hospedagem e equipamentos públicos em geral são problemas potencialmente compartilhados entre a população da localidade e os visitantes que para lá fluem. Portanto, realizar um estudo de impacto de vizinhança, seja sua localização mais próxima do centro, seja em área rural possibilita a transparência sobre as transformações que podem ocorrer com a construção e fornece dados para a gestão pública formular políticas e orientar. Realizamos aqui um estudo de caráter retrospectivo ao recuperar os dados relativos à construção da Penitenciária Feminina “Oscar Garcia Machado”, localizada na cidade de Votorantim-SP.

2. Impactos da Penitenciária Feminina de Votorantim na Cidade

Nascimento (2016) elucida que com a criação de uma nova unidade prisional surge a necessidade uma estrutura voltada para o regular abastecimento da prisão e o atendimento das necessidades de todos aqueles que precisam se dirigir ao novo estabelecimento penal. No entanto, em Votorantim, essa estrutura não se desenvolveu: o entorno da penitenciária é cercado por vegetação e nas proximidades há apenas um condomínio de casas de alto padrão e um aterro sanitário.

Mesmo estando afastada do centro, a construção foi alvo de diversas críticas da população, que não teve acesso a documentos que demonstrassem o grau de impacto que a penitenciária causaria na cidade. Visando entender quais impactos advindos dessa construção foram sentidos e quais são suas percepções atuais, foi realizada uma pesquisa com os próprios munícipes de Votorantim. Para isso, foi disparado um formulário através das redes sociais, estruturado a partir de quatro principais métricas relacionadas com a presença da penitenciária (consequências, abrangências, intensidade e tempo) baseadas na Matriz de Impacto do Manual para Elaboração de Estudo de Impacto de Vizinhança desenvolvidos pelo Instituto de Planejamento e Desenvolvimento Sustentável de Araxá (IPDSA, 2016). Para cada métrica, foram levados em consideração os seguintes elementos impactantes: adensamento; equipamentos urbanos e comunitários; geração de emprego; comércio local; valorização imobiliária; geração de tráfego e demanda por transporte público; sensação de segurança; e turismo, em acordo com os apontamentos do Artigo 37 do Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001) e com o contexto da cidade.

O formulário obteve um total de 50 respondentes e 41 respostas válidas. Como resultado verificamos, no quesito “consequência”, a grande maioria dos respondentes afirmando que para eles os efeitos são negativos para todas as áreas impactantes; cabe destacar que o aspecto “turístico” e a “sensação de segurança” foram os quesitos mais assinalados (13 respondentes cada). No que se refere a “abrangência” do impacto, a maioria afirma que é indireta em todas as áreas estudadas, com destaque para o turismo (32 respondentes) e para a valorização imobiliária (29 respondentes). Questionados sobre a “intensidade”, a maioria assinalou como baixa em todas as áreas, com destaque para o expressivo percentual no turismo (86%), sugerindo que, aparentemente, os moradores não são afetados pelo turismo

penitenciário⁹ decorrente das visitas realizadas às detentas. Na última questão, sobre a “duração” do impacto nas áreas houve ampla diversidade de respostas, por isso, pouco conclusivas.

Nos comentários anexados ao formulário, a cadeia pública que existia no centro da cidade é frequentemente citada de modo negativo e os respondentes apontam que a construção da Penitenciária Feminina foi positiva pois *“trouxo a possibilidade de tirar as detentas do centro da cidade”*. Por outro lado, numa perspectiva oposta, há também comentários com uma visão negativa da construção: *“A criminalidade, principalmente na região central parece ter tido aumento nos índices após a instalação do presídio (...)”*.

Contudo, a partir dos dados analisados e das conversas realizadas, é possível notar que para a maioria desta amostra a construção da penitenciária feminina de Votorantim não causou impactos positivos tão pouco negativos dentro das categorias analisadas, principalmente pelo fato de não pertencer ao perímetro urbano, mitigando o contato dos moradores da cidade com as demandas cotidianas da penitenciária.

3. Considerações Finais

O sistema penitenciário brasileiro demonstra falhas que há décadas são pontuadas por estudiosos e especialistas no tema. Ele foi marcado por episódios que revelam e apontam para o descaso em relação às políticas públicas na área penal (MACHADO et. al, 2013). O governo do estado de São Paulo por sua vez, quando se viu em meio a uma grande crise no sistema penitenciário e sendo palco de uma chacina que matou 111 pessoas, prioriza como solução a intensificação da interiorização do sistema penitenciário, que pode gerar tanto impactos positivos como negativos para as cidades e não resolve o problema estrutural de precarização e superlotação

⁹ De acordo com Silva (2019) Turismo penitenciário consiste em levar como alternativa de desenvolvimento econômico - e em geral para municípios com perfil anterior de agropecuária e monocultura em crise - uma nova possibilidade de crescimento calcado na construção de prisões.

do sistema. Neste contexto, esta pesquisa buscou compreender na percepção dos munícipes quais são os impactos causados pela construção de uma penitenciária em uma cidade do interior de SP e utilizou para estudo de caso a penitenciária feminina de Votorantim.

Entende-se que a preocupação da população - e consequentemente da gestão pública - de Votorantim com a Cadeia Pública parece ter aberto precedentes para que a cidade sediasse a penitenciária feminina que o estado visava construir. A vontade de solucionar o “problema” que era a Cadeia Pública no centro da cidade, acabou se sobrepondo a qualquer eventual poder de maior negociação por parte do município. Votorantim teve êxito em retirar as mulheres da Cadeia Pública e na consequente desativação desta, além de ter inaugurado uma ETEC e recebido verba para recapeamento e asfalto da cidade como contrapartidas da construção. No entanto, nossa pequena amostra de respondentes não parece reconhecer tais contrapartidas, salvo aqueles que possuem contato com a gestão pública.

Ademais, Votorantim não demonstra avanço significativo no desenvolvimento social ou econômico por conta da penitenciária, como sugere os indicadores analisados na pesquisa e disponíveis no trabalho original (CHAVES, 2021). Logo, os resultados aqui descritos podem revelar não só falta de informação, mas também o descontentamento das pessoas, ou seja, na visão desta amostra, a construção da Penitenciária Feminina não trouxe benefícios nem malefícios, havendo uma posição desfavorável independente da construção.

O que ocorre em Votorantim pode se replicar em outras cidades do interior de São Paulo que também receberam as penitenciárias em terrenos mais distantes do centro. Deste modo, para pesquisas futuras, parece adequado realizar a comparação entre os resultados da percepção da amostra da população de Votorantim com uma amostra de outra cidade que também tenha recebido este tipo empreendimento. Estudos comparativos poderão fornecer

discernimento sobre os impactos e ampliar a compreensão deste complexo fenômeno social contemporâneo.

3. Referências Bibliográficas

BRASIL. Lei No 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm> Acesso em 20 out. 2020.

CHAVES, Aline de Oliveira. **Os impactos da construção da penitenciária feminina de Votorantim na cidade**. 2021. Monografia (Bacharelado em Gestão de Políticas Públicas) - Escola de Artes, Ciências e Humanidades/Universidade de São Paulo, 2021.

ENGBRUCH, Werner; DI SANTIS, Bruno Morais. História – A evolução histórica do sistema prisional. **Revista Liberdades**, IBCCrim, n. 11, set. 2012. Disponível em: <http://www.revistaliberdades.org.br/_upload/pdf/14/historia.pdf> Acesso em: 10 fev. 2021 às 23:30

FOUCAULT, Michel. Alternatives to the prison: Dissemination or decline of social control. **Theory, Culture & Society**, v. 26, n. 6, p. 12-24, 2009.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS (SEADE). **Seade População**. Disponível em: <www.seade.gov.br> Acesso 22 dez. 2020 às 10:30

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE ARAXÁ. **Manual para elaboração do estudo de impacto de vizinhança**. Araxá: 2016. Disponível em http://ipdsa.org.br/dados/link/139/arquivo/Manual_EIV_SETEMBRO_2016.pdf. Acesso em 20 out. 2020.

MACHADO, Ana Elise Bernal; SOUZA, Ana Paula dos Reis; SOUZA, Mariani Cristina de. Sistema penitenciário brasileiro—origem, atualidade e exemplos funcionais. **Revista do Curso de Direito da Faculdade de Humanidades e Direito**, v. 10, n. 10, p. 2176-1094, 2013.

NASCIMENTO, Raul Victor Rodrigues. Estudos de Impacto de Vizinhança e a Construção De Novos Estabelecimentos Penais: Delineando Uma Relação. **Revista Transgressões**, v. 4, n. 1, p. 150-172, 2016.

REDÍGOLO, Natalia Carolina. Sistema Penitenciário e seus estigmas: o caso paulista. **Revista LEVS**, n. 9, p. 82-96, 2012. Disponível em <<https://doi.org/10.36311/1983-2192.2012.v0n9.2238>>. Acesso em 20.out.2020.

SILVA, Thamires Luz de Paula. **Turismo penitenciário**: economia e prisão na consolidação de uma prática de mercado. 2019. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2019.

WACQUANT, Loïc. **As prisões da miséria**. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

ZANETI JR, Hermes; ARGENTA, Graziela. O estudo de impacto de vizinhança (EIV): alternativas dogmáticas para sua eficácia imediata e autoaplicabilidade. *Revista Magister de Direito Ambiental e Urbanístico*, v. 49, p. 1-11, 2013.

Sociedade, Políticas Públicas e Gestão Governamental

Comida na mesa: a importância da agricultura familiar camponesa na produção de alimentos¹⁰

Solange Struwka¹¹

Quando olhamos para o Brasil, rico em terras, biodiversidade e em pessoas que nele trabalham, indagamo-nos: **por que ainda existe fome?**

Nos trabalhos que temos realizado, identificamos, na cidade e no campo, a dura realidade da insegurança alimentar. Os dados oficiais confirmam nossas observações. Eles apontam que a situação da região Norte – onde atuamos – é a mais cruel do país, em que 10,2% dos domicílios sentem o peso imposto pela insegurança alimentar. Somadas, são 508 mil famílias que enfrentam a condição de não ter o mais básico para manter-se viva: a comida¹².

Nas atividades que estamos realizando, acompanhamos dois grupos distintos, ambos marcados pelo avanço do modelo de desenvolvimento do campo, orientado pela produção de soja, boi, mineração e grandes construções – como as usinas hidrelétricas. A pergunta que nos fazemos é: **quem se beneficia do que é produzido por esse modelo de desenvolvimento ou progresso?** A intenção do desenvolvimento, tão aclamado por empresários, políticos e fazendeiros, é matar a fome, oferecer trabalho e melhores condições de vida para quem vive na região?

10 As reflexões propostas nesse texto fazem parte da execução do projeto “Comida na mesa: saúde e segurança alimentar para famílias de catadores e catadoras de materiais recicláveis da Amazônia Ocidental” coordenados pela INCOOP – UNIR e que contou com o apoio da Fundação Luterana de Diaconia (FLD). Maiores informações no final do texto.

11 É professora adjunta da graduação e colaboradora no programa de pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Integra a Incubadora de cooperativas populares da UNIR (INCOOP) e o grupo Amazônico de Estudos e Pesquisa em Psicologia e Educação (GAEPPE).

12 Dados do censo 2021, retirados da página: <https://censo2021.ibge.gov.br/2012-agencia-de-noticias/noticias/28903-10-3-milhoes-de-pessoas-moram-em-domicilios-com-inseguranca-alimentar-grave.html>

Começamos respondendo outra pergunta. Quem trabalha e produz a comida que colocamos, dia a dia, no nosso prato?

Os dados oficiais revelam que é a agricultura familiar camponesa a responsável pela produção dos alimentos que estão na nossa mesa e que garantem maior empregabilidade de trabalhadores e trabalhadoras no campo. De acordo com o Censo Agropecuário de 2006 e levantamentos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a agricultura familiar camponesa produz 87% da mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz e 21% do trigo do Brasil. Na pecuária, é responsável por 60% da produção de leite, além de 59% do rebanho suíno, 50% das aves e 30% dos bovinos do país. No total, somam-se 70% da produção dos alimentos consumidos no país. Ela também é responsável por empregar 74% das pessoas ocupadas no campo, ou seja, de 10 postos de trabalho, sete são da agricultura familiar. Essa diferença ocorre porque, ao passo que ela ocupa mais de 15 pessoas por 100 hectares, a agricultura extensiva, monocultura ou o agronegócio, oferece trabalho para menos de duas pessoas por 100 hectares¹³.

Contudo, quando analisamos a distribuição das terras no nosso país vemos o inverso. De acordo com o mesmo Censo Agropecuário, em termos de área, a agricultura familiar ocupa apenas 24% das áreas agricultáveis (80,3 milhões de hectares), já o agronegócio domina 76% das terras do Brasil (249,7 milhões de hectares). Lembremos que, dos cerca de 5 milhões de estabelecimentos rurais no Brasil, 4,3 milhões (84%) são familiares e 807 mil (16%), grandes propriedades. No que se refere ao estado de Rondônia – território de onde escrevo - o latifúndio, em forma de agronegócio, avançou vertiginosamente nos últimos anos¹⁴. Apenas na capital,

13 Informações sistematizadas por Mauro Eduardo Del Grossi e Vicente Marques. Disponível em: Agricultura - Agricultura em família (ipea.gov.br)

14 A aprovação do Projeto de Lei Complementar 80 de 2020, já sancionado pelo governador de Rondônia Marcos Rocha (PSL), fará avançar ainda mais a destruição da natureza e das comunidades e povos que dela vivem e produzem alimento para si e comercialização em pequena escala. A Lei possibilita a retirada

Porto Velho, entre o período de 2000 a 2018 saiu de 3.888,30 km² (11,23% de desmatamento) para 10.199,60 km² (29,45%) de destruição das florestas, em que a taxa de desmatamento teve variações na ordem 162,32%. A destruição da floresta, que significa a expulsão de comunidades e povos que nela vivem, se traduz no significativo crescimento da área plantada de soja, que saiu de 7.892 para 278.533 hectares (ha) no período de 1998/2017¹⁵. Somados ao avanço da grande propriedade, estão os investimentos e programas de crédito oferecidos pelos cofres públicos. Neles o agronegócio também recebe um montante absurdamente superior, incomparável às migalhas investidas na agricultura familiar camponesa.

O que para alguns pode parecer apenas dados, para a maioria da população são fatores que impactam diretamente no seu cotidiano. Seja no campo ou na cidade, a concentração de terras e a falta de investimento na agricultura familiar camponesa afetam diretamente o acesso aos bens básicos de consumo. Na cidade experienciamos o brusco aumento de preços dos alimentos da cesta básica¹⁶. No campo a falta de investimentos do Estado dificulta a permanência das famílias que vivem da produção de alimentos, sem garantia de logística e venda. Desde 2016, as famílias notaram os impactos da crise política e econômica que assolava o país, contudo foi no decorrer da pandemia que elas vivenciaram a perda quase total da renda. As vendas realizadas nas feiras diminuíram, mas também se esgotaram os programas de compra institucional. O que as famílias relatam, e os dados comprovam, é um exponencial decréscimo nos recursos voltados para as compras pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e pelo Programa de

da proteção ambiental de 219 mil hectares da Reserva Extrativista Jaci-Paraná e do Parque Estadual Guajará-Mirim.

15 COSTA SILVA, R. G; MICHALSKI, A; SOUZA, L. I. T; LIMA, L. A. P. Frontera, derechos humanos y territorios tradicionales em Rondônia (Amazonia Brasileña). Revista de Geografia Norte Grande, n.º 77, p. 253 - 271, 2020. Disponível em: <https://scielo.conicyt.cl/pdf/rgeong/n77/0718-3402-rgeong-77-253.pdf>

16 De acordo com dados do IBGE o arroz pode ter aumentado em mais de 20%, o feijão, 40%, e o leite teve aumento de 20% em média, já legumes, frutas e verduras, observou-se um aumento de 15 a 20%.

Aquisição de Alimentos (PAA). Esses cortes não afetam apenas as famílias que produzem os alimentos e precisam dessa renda para viver, ela também incide nas instituições e pessoas que recebiam os alimentos produzidos na região, frescos e, preferencialmente, agroecológicos – sem uso de agrotóxicos.

Nesse cenário, **como estão as famílias da agricultura familiar?**

A maioria tem buscado comercializar seus alimentos, seja em feiras ou por meio de atravessadores, e também tem realizado trabalhos para terceiros, a fim de complementar a renda e se manter no campo. No caso do grupo que acompanhamos, as famílias recebem o apoio do Movimento Popular Atingido por Barragens (MAB). O movimento atua junto às famílias desde que parte delas foi expulsa de suas terras, pelas empresas responsáveis pela construção das Usinas Hidrelétricas de Santo Antônio, Jirau e Samuel. As palavras de uma das mulheres atingidas pela construção da Hidrelétrica de Santo Antônio nos ajudam a responder à pergunta feita no início do texto: *“esse tal de progresso me tirou tudo! Minha terra, a convivência com o rio e com a comunidade”*. Com muita luta e organização ela e a família conseguiram receber a indenização da empresa e comprar o lote, em que vive até hoje, em um lugar distante daquele em que viveu por anos com sua família. *“Esse lote é a única coisa que sobrou pra me sustentar e sustentar meus filhos”*. Entretanto, o acesso à terra não é garantia de sobrevivência no campo. As dificuldades seguem e estão atreladas à produção, que necessita de investimentos para análise e correção do solo. Além disso, o que é produzido não tem garantias de ser comercializado. Acompanhamos, inúmeras vezes, as agricultoras retornarem para casa com grande parte de seus alimentos. Por serem perecíveis, não é possível de serem reaproveitados, a não ser no trato dos animais e no feitiço de compostagem. Assim, a incerteza da renda suficiente para viver ronda as famílias.

Por outro lado, acompanhamos as famílias que vivem na cidade, que necessitam desses alimentos, em especial, as mais pobres e da

periferia, que tiveram a renda impactada pela ausência de políticas no enfrentamento à pandemia. **Por que não unir essas duas realidades para mitigar seus problemas?**

Nossos esforços, enquanto universidade pública, gratuita e referenciada socialmente, e como extensão no campo da Psicologia e da Educação, é identificar as demandas da população e, junto a ela, criar estratégias de enfrentamento e resolução de seus problemas. Nesse caso, apoiamos e contribuímos em uma ação, que atende quinze famílias de mulheres da agricultura familiar e trinta e cinco famílias de uma das comunidades periféricas de Porto Velho - RO. Isso é mínimo se compararmos à quantidade de famílias que estão no campo, precisando comercializar seus alimentos, e àquelas que vivem na cidade sem garantias de ter a comida no prato. Nosso alcance é pequeno, mas reivindica que essas ações são urgentes e que parte da solução dos problemas imediatos, enfrentados pelas famílias do campo e da cidade, podem ser resolvidos com políticas públicas de compra e distribuição de alimentos, assistência técnica rural (ATER) voltada para agroecologia e agrofloresta, financiamento para a agricultura familiar camponesa, reforma agrária popular, a fim de dar acesso à terra para quem precisa de trabalho, dentre outros. Junto a isso, nos cabe questionar, debater e analisar, em conjunto com a sociedade, que projeto de agricultura queremos seguir desenvolvendo. **Que agricultura produz comida, gera trabalho e está alicerçada no respeito à natureza? O modelo de desenvolvimento que tem sido imposto à região tem por objetivo sanar as necessidades básicas - alimentação, terra, trabalho, moradia, saúde, educação – de quem vive na cidade e no campo?**

Desde a universidade pública, gratuita, e, a partir da Psicologia e da Educação, compreendemos que é urgente dialogarmos com a sociedade e contribuirmos em processos práticos de formação e organização popular que visem o questionamento das decisões políticas e econômicas que têm incidido sobre nosso estado e região, em especial, que as riquezas aqui produzidas, sejam

utilizadas para sanar as necessidades da maioria da população, e não sigam sendo usadas para enriquecer a poucos, às custas da destruição da natureza e do trabalho e pobreza de muitos.

Informações sobre o Programa de Extensão

A “INCOOP UNIR” – Incubadora de Cooperativas Populares da UNIR - é um Programa de extensão transdisciplinar que tem como objetivo a incubação e a formação de grupos, coletivos populares e empreendimento solidários. Mesmo durante a pandemia a INCOOP tem desenvolvido ações com dois grupos de catadores (Porto Velho e Presidente Médici) e um coletivo de mulheres de agricultura familiar camponesa de Candeias do Jamari.

O projeto relatado refere-se ao “Comida na mesa: saúde e segurança alimentar para famílias de catadores e catadoras de materiais recicláveis da Amazônia Ocidental” - coordenado pela INCOOP -, a partir da aprovação do edital “Apoio a projetos de Ajuda Humanitária frente à pandemia de Covid-19” da Fundação Luterana de Diaconia. O objetivo dessa ação é promover a saúde por meio da alimentação saudável, sustentável e agroecológica e articular coletivos/cooperativas do campo e da cidade, por meio das ações conjuntas de solidariedade compartilhada.

O Projeto possibilitou a aquisição de alimentos pela CATANORTE (Cooperativa Rondoniense de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis de Rondônia localizada na Vila Princesa) e, ao mesmo tempo, contribuiu para a geração de renda de coletivos de mulheres do campo atingidas pela pandemia e pelo desmantelamento das políticas de apoio e subsídio à produção familiar. Dessa maneira foram distribuídas sete cestas de alimentos agroecológicas para 35 famílias de catadores de materiais recicláveis da CATANORTE, totalizando 245 cestas. As entregas foram realizadas entre os meses de maio e julho de 2021. Destacamos que essa ação não é isolada ou pontual, mas faz parte de um processo do acompanhamento, apoio, formação e organização realizado pelos integrantes da INCOOP junto às famílias que compõe a CATANORTE e o grupo de mulheres que

residem nos assentamentos Paraíso das Acácias, Rancho Alegre e Flor do Candeias, localizados no município de Candeias do Jamari.

A Nova Mídia e a Política

Carlos Cinquegrana Jr.¹⁷

A Internet, como conhecemos hoje, é a conjunção de várias tecnologias que foram se desenvolvendo de forma independente. Os computadores começaram seu desenvolvimento na década de 1930, em princípio para a realização de cálculos complexos e, com o advento da Segunda Guerra Mundial, na Inglaterra, para a decodificação das sofisticadas transmissões militares alemãs, baseadas em trocas aleatórias de caracteres. Ao final da guerra, começam a ser comercializados no mercado civil, sendo utilizados principalmente em ambientes universitários de pesquisa avançada e grandes corporações. Eram, basicamente, calculadoras que permitiam a realização de milhões de cálculos e o processamento de dados. Ocupavam andares inteiros e eram sensíveis, caros e difíceis de operar. Foram com o tempo se tornando comuns, principalmente nas operações bancárias, mas ainda inacessíveis a pessoas físicas.

No final da década de 1970, houve uma preocupação nos meios militares estadunidenses, no contexto da Guerra Fria, quanto à qualidade de suas comunicações estratégicas então baseadas em transmissões codificadas em frequências especiais de rádio. Temia-se que, no caso de uma crise, irradiações provenientes de satélites inimigos pudessem interferir ou até neutralizar essas transmissões. Com um modelo de telefonia fixa civil analógica baseada em instalações domiciliares, com uma legislação de construções que previa terminais telefônicos em todas as obras desde a década de 1930, os Estados Unidos possuíam então uma

17 Consultor em planejamento estratégico de marketing e mídia.
Consultor em marketing político.
Bacharel em Comunicação Social (Publicidade e Propaganda) pela FAAP - SP
Bacharel em Comunicação Social (Rádio e Televisão) pela FAAP - SP
Graduando em Gestão de Políticas Públicas pela Universidade de São Paulo.
br.linkedin.com/in/carloscinquegranajr
lattes.cnpq.br/4302270324214312

rede física capilarizada, com cobertura de praticamente 100% das edificações que, sendo baseada em fios, estaria imune às interferências. A rede telefônica previa ainda uma série de redundâncias e redes alternativas, sendo sua interrupção praticamente impossível, mesmo num cenário catastrófico da destruição total de centros urbanos. Desenvolveu-se então um novo sistema de comunicação estratégica, baseada nessa rede teoricamente intransponível, interligando não somente as instalações militares como também universidades, centros políticos e de formação de opinião entre outros.

Em 1984 a Apple, uma pequena empresa da Califórnia lança o Macintosh, um computador pessoal com uma unidade de processamento e um monitor que ocupavam uma mesa e não precisavam de refrigeração externa forçada, que trazia as funcionalidades combinadas de uma máquina de escrever e de uma calculadora. Além da revolução do hardware, o ambiente de operação era muito mais acessível do que tudo o que havia na época. Concorrentes não demoram para lançar modelos menores e mais sofisticados, numa corrida comercial que abrangeu também os ambientes operacionais, cada vez mais amigáveis e intuitivos.

Temos então, já no início da década de 1990, ainda nos Estados Unidos, uma popularização dos computadores domésticos e, ao mesmo tempo, a rede física via telefonia analógica, criada pelos militares e já amplamente em uso corporativo e acadêmico. Para se conectarem é um pulo e temos portanto a primeira geração da Internet.

Doméstica e fixa, dessa primeira geração temos a rápida expansão mundial e a criação dos primeiros “endereços eletrônicos”, os sites e portais, que comportavam apenas texto e figuras. Desse tempo ainda permanece o e-mail. Com o desenvolvimento de novas linguagens de programação, muitas empresas rapidamente se interessam na exploração do novo espaço, divulgando produtos e vendendo alguns acessos,

principalmente pornografia. Começa também o rápido processo de digitalização de tudo o que então estava em papel, permitindo o acesso crescente a acervos de universidades e bibliotecas.

No Brasil, onde a estrutura da telefonia fixa analógica era cara e precária, e com o alto custo dos terminais, a internet se instala nos ambientes corporativos e de poder e nas residências das elites, em bairros nobres dos grandes centros urbanos servidos pela infraestrutura.

Veículos de comunicação, principalmente impressos, começam a replicar parte de seus conteúdos em seus sites, mas o mercado publicitário demora para se adaptar. Rádios e televisões tentam reproduzir seus programas, num formato limitado tanto nos acessos quanto na qualidade, sem retorno em consumidores ou anúncios. Não havia controle de audiência, os formatos de veiculação, principalmente banners que remetiam para as páginas dos anunciantes, eram de difícil mensuração de resultados e os preços não são padronizados. A capilarização do novo meio, em centenas de milhares de sites, se traduz numa audiência individual irrisória, atraindo poucas verbas. Temia-se pelo sucesso do novo meio como mídia publicitária relevante.

A grande revolução vem na primeira década do século XXI. A telefonia móvel celular se populariza em proporções geométricas, atingindo públicos até então distantes das redes de telefonia fixa, principalmente nas economias periféricas. Projetados para trafegar voz, rapidamente os receptores se tornam pequenos computadores, incorporando funcionalidades até então inimagináveis e tornando obsoletos produtos considerados intocáveis, como câmeras e filmes fotográficos, gravadores de áudio, os novos CDs de música e fax, entre outros. Em poucos anos, às vezes meses, se torna possível para qualquer pessoa não somente se conectar a uma nova internet, em praticamente qualquer lugar, como produzir e veicular conteúdo, até então privilégio de grandes corporações.

Neste contexto surge a Nova Mídia. Se até então os meios de comunicação de massa se caracterizavam por investir em conteúdo para atrair audiência, as chamadas Redes Sociais rompem completamente com esse modelo. É o próprio usuário que produz o conteúdo, que será replicado infinitamente e renovado indefinidamente, gerando audiência contínua e crescente de uma forma que muitos estudiosos caracterizarão como viciante. Não há ilusão; a Rede Social como negócio funciona nos mesmos moldes empresariais dos demais meios até então. Têm donos, acionistas, ideologias, anunciantes e faturamento.

A programação de mídia se altera. Se antes os sofisticados mecanismos de mensuração levavam em consideração a qualificação por grupos (sexo, classe social, região) tendo por base pesquisas de audiência focadas no perfil de cada conteúdo criado e veiculado pela empresa proprietária dos meios de produção, a Nova Mídia utiliza mecanismos de programação e reconhecimento, os algoritmos, que permitem ao anunciante a caracterização individual de seu público-alvo, lendo de forma praticamente imediata o conteúdo produzido, procurado e consumido por cada usuário em todo o cenário da internet, gerando a publicidade perfeita, criada para cada pessoa no momento em que ela está interessada nela, abrindo imediatamente, no mesmo ambiente, o ponto de venda e o meio de pagamento.

Joseph Goebbels, Ministro da Propaganda do Nazismo foi um dos pioneiros na percepção de que, onde se vendem sabonetes, se vendem ideologias. Sua utilização dos meios de comunicação de massa na Alemanha, primeiramente os jornais, depois o rádio e o cinema, na condução e depois na manutenção de seu grupo ao poder, juntamente com seu pacote ideológico baseado no racismo, no ódio e no expansionismo nacional, obteve sucesso na conquista de corações e mentes de uma das sociedades mais escolarizadas do mundo de então. O exemplo é meramente ilustrativo e ninguém, à época ou a posteriori, sugeriu nem que remotamente a

possibilidade da extinção dos meios utilizados. Não se matam mensageiros.

Na Nova Mídia, onde todos produzem conteúdo, é normal, esperado, necessário e relevante que se fale de política. A Nova Mídia tem se constituído cada vez mais no principal foro para as colocações e os debates ideológicos, abarcando todos os segmentos do espectro político em todos os seus tons e matizes. Os recursos tecnológicos disponíveis para os grupos de interesse são os mesmos dos anunciantes. A comunicação política pode, bastando dinheiro para comprar os ferramentais, atingir cada cidadão, cada eleitor, de formas absolutamente personalizadas compondo um quadro completamente novo para os estudiosos e legisladores. Seu problema ainda é tender a comunicar aquilo que é do interesse do “consumidor”, agrupando nas chamadas bolhas um conjunto de afinidades. Falha natural quando se usam recursos criados para gerar audiência, satisfação e “vender sabonetes”, não para identificar ideologias sofisticadas. O Capitalismo de Consumo tem bastado como ideologia, por enquanto.

A Direita, ainda por enquanto, parece ter mais sucesso na obtenção de seus objetivos, principalmente de mobilização eleitoral com a utilização da Nova Mídia em vários lugares do mundo. Não dispondo de estudos qualificados, arrisco um palpite; a Direita é mais simples em suas concepções e agendas, sendo mais fácil para um dispositivo eletrônico reunir seus simpatizantes. A chamada Esquerda por sua vez, que abarca ao menos no momento todos os que não coadunam com o ideário do grupo da Direita, é muito mais complexa em suas subdivisões e objetivos, gravitando entre uma social-democracia e a extrema-esquerda tradicionais, dificultando sobremaneira o trabalho das máquinas, incapazes ainda de trabalhar com o volume de sutilezas envolvido.

Ocorre que, a Nova Mídia representa, ao fim e ao cabo, um Novo Capitalismo, que não deixará escapar a oportunidade de lucrar, nem que seja com seus detratores. As citadas bolhas de afinidades, mesmo para produtos, apresentam saturação, interrompendo ou

suavizando curvas de audiência, fundamentais nos faturamentos, obrigando os gestores dos meios a buscar novos e constantes modelos de coleta, interpretação e cruzamentos de informações, num processo infinito, criando novos recursos de mobilização que muito breve estarão, se já não estão, disponíveis para grupos de interesse chamados progressistas com maior adequação. Não de graça, óbvio.

Referências

ORIHUELA, José Luis. Los 10 paradigmas de la e-Comunicación. Universidad da Coruña. Espanha. 2002. Disponível em <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5519991/mod_resource/content/1/Orihuela%202003.pdf>

JAYO, Martin. Referencial teórico: Narrativa na Nova Mídia. USP, São Paulo, Brasil, 2005. Disponível em <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5520184/mod_resource/content/2/Jayo%202005%20cap3.pdf>